

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Acordo energético com Brasil sobre Itaipu abre crise no governo paraguaio	2
Título: Energia vai ficar mais cara em agosto.....	4
Título: Bolsonaro quer superar crise sem rugas com EUA	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Bolsonaro quer evitar rugas com EUA sobre navios	6
Título: Bolsonaro e o Irã	7
Título: França atrela Mercosul-UE a 'ações concretas' do Brasil	8
VEÍCULO: O Globo	11
Título: Produção de petróleo cai, e Petrobras reduz meta	11
Título: Aneel: agosto terá bandeira tarifária vermelha.....	13
Título: ÁGUA nos reservatórios.....	14
Título: Venda de controle da BR é parte de plano estratégico	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/07/2019****Seção: Internacional****Autor: EFE e AFP****Título: Acordo energético com Brasil sobre Itaipu abre crise no governo paraguaio**

Críticas. Oposição diz que termos do pacto assinado por representantes do presidente Mario Abdo Benítez são ‘extorsivos’, afetariam o preço da energia pago pelos paraguaios e ameaça abrir processo de impeachment por mau desempenho das funções presidenciais

O acordo firmado entre Brasil e Paraguai para a exploração da energia gerada pela usina hidrelétrica de Itaipu criou uma crise para o presidente Mario Abdo Benítez. O Partido Liberal, principal da oposição paraguaia, criticou os termos assinados, que seriam “extorsivos e degradantes”, e planeja abrir um “julgamento por mau desempenho das funções presidenciais” contra Abdo Benítez. A mudança nos termos do acordo para a exploração da energia da usina hidrelétrica, compartilhada pelos dois países, estava sendo negociada desde março, mas apenas em maio Brasil e Paraguai chegaram a um acordo. A oposição diz que as novas condições impostas aumentariam o preço que os paraguaios pagam pela energia. O presidente do Partido Liberal, Efraín Alegre, disse ontem em entrevista que o acordo, assinado no último dia 24 de maio, deve ser “rejeitado de maneira categórica por atentar contra os direitos do Paraguai em Itaipu”.

Além disso, Alegre criticou Abdo Benítez pela demora em divulgar o acordo, só revelado ao público após a renúncia do presidente da Administração Nacional de Eletricidade (Ande), Pedro Ferreira, que teria entregado o cargo por discordar dos termos do acordo. A renúncia de Ferreira foi aceita na quinta-feira pelo presidente paraguaio, que indicou para substituí-lo o ex-ministro da Fazenda Alcides Jiménez. Segundo o novo presidente da Ande, o acordo não lesa a soberania nacional nem afetará as tarifas de energia no país, como afirmam a oposição e alguns veículos da imprensa. O ex-chanceler do Paraguai Miguel Abdón Saguier, também do Partido Liberal, afirmou que a Constituição obriga o presidente a submeter o acordo à avaliação do Congresso. “Ele vai incorrer em mau desempenho das suas funções”, disse Saguier, abrindo caminho para um possível processo de impeachment.

Axel Benítez, assessor técnico do Partido Liberal, explicou à agência EFE que o acordo representará um aumento do custo da energia para os paraguaios. Segundo ele, o documento estabelece dois tipos de energia diferentes, a “garantida” e a “excedente”, e prevê que o Paraguai receba maior quantidade

da primeira, de custo mais elevado. Transparência. Os termos do atual acordo foram estabelecidos em 2009, quando o então presidente do Paraguai, Fernando Lugo, negociou com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva condições que permitiram ao Paraguai receber US\$ 360 milhões ao ano por negociar a energia excedente de Itaipu com o Brasil. Antes, o montante era de US\$ 120 milhões. Ontem, Fernando Lugo, que atualmente ocupa uma cadeira no Senado pelo partido de oposição Frente Guasú, disse que não é aconselhável se apressar quando se fala de impeachment de Abdo Benítez por mau desempenho das funções.

Lugo, que foi destituído em um julgamento político relâmpago em 2012, expressou cautela. “Muitas vezes nos apressamos. Deve haver muitos condimentos para um julgamento político e uma discussão muito mais ampla em todos os partidos políticos que fazem parte do Congresso Nacional”, disse o senador. O embaixador paraguaio em Brasília, Hugo Saguier, que colocou sua assinatura no acordo, esclareceu que não houve “nenhuma renúncia de soberania” do Paraguai em relação ao Brasil. O documento foi assinado sem que nenhuma autoridade tivesse informado à opinião pública, o que fez com que parte da oposição denunciasse que o governo paraguaio estaria fazendo concessões ao Brasil.

Impasse. Saguier reconheceu que a questão não foi resolvida em nível técnico e disse que, por esse motivo, os representantes diplomáticos dos dois países se reuniram novamente. “Mas isso não representará nenhum aumento de tarifa de energia elétrica para os paraguaios”, garantiu o embaixador. O impasse entre as empresas de energia do Brasil e do Paraguai, Eletrobrás e Ande, existe por conta da diferença no preço que cada uma paga pela energia de Itaipu. Essa questão tem sido objeto de tensão entre os dois países porque, enquanto a Eletrobrás contrata toda a potência de que vai necessitar, dos 75 milhões de megawatts-hora (MWh) que Itaipu produz anualmente, a Ande contrata praticamente a metade do que vai consumir.

No entanto, sempre que precisa de mais energia, o Paraguai usa essa chamada energia adicional, que é bem mais barata, o que desagrade ao Brasil. Essa diferença impacta no preço diferenciado, muito menor, pago pelos paraguaios pela energia de Itaipu, em relação aos brasileiros. Em 2018, o Brasil pagou, em média, US\$ 38,72 por megawatt-hora (MWh), enquanto o Paraguai pagou, em média, US\$ 24,60.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/07/2019****Seção: Economia****Autor: ANNE WARTH, DE BRASÍLIA****Título: Energia vai ficar mais cara em agosto**

As contas de luz terão bandeira vermelha em seu primeiro patamar no mês de agosto, anunciou a Agência Nacional de energia Elétrica (Aneel). A partir da próxima quinta-feira, as tarifas terão taxa extra de R\$ 4 a cada 100 quilowatts-hora consumidos (kWh). Em julho, vigorou a bandeira amarela, com custo adicional de R\$ 1,50 a cada 100 kWh. O motivo é a redução das chuvas, típicas do mês de agosto, nas principais bacias hidrográficas.

Os reservatórios das hidrelétricas diminuem e é preciso acionar a geração mais cara. No sistema de bandeiras tarifárias, a cor verde não tem cobrança de taxa extra e indica condições favoráveis de geração de energia. Na bandeira amarela, com condições menos favoráveis, a taxa extra é de R\$ 1,50 a cada 100 kWh. Já a bandeira vermelha tem dois patamares. No primeiro nível, o adicional é de R\$ 4 a cada 100 kWh. No segundo nível, a cobrança extra é de R\$ 6 a cada 100 kWh. A bandeira tarifária que vai vigorar em setembro será divulgada pela Aneel em 30 de agosto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 27/07/2019****Seção: Internacional****Autor: Julia Lindner****Título: Bolsonaro quer superar crise sem rusgas com EUA**

Presidente diz que quer resolver até segunda-feira problema dos navios iranianos em Paranaguá e reafirma alinhamento com Trump

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que espera resolver o “problema” dos navios iranianos parados há quase 50 dias no Porto de Paranaguá (PR) no máximo até segunda-feira e “sem criar qualquer rusga” com os EUA. Ele voltou a afirmar ontem que está “alinhado” com o governo de Donald Trump. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, determinou, na noite de quarta-feira, que a Petrobrás abasteça os dois navios com bandeira do Irã que estão parados no litoral do Paraná desde junho. Ao se recusar a fornecer combustível, a estatal brasileira alegava que poderia ser punida, pois as embarcações são alvo de sanções americanas.

“Nosso governo está alinhado, sim, com o governo Trump. Estamos entrando em contato. Temos conversado desde ontem (quinta-feira) com o embaixador

do governo americano nessa questão. Tem a decisão do Toffoli. Agora, os bancos não querem receber o recurso para esse reabastecimento do navio. Então, espero que nas próximas horas, ou até no máximo segunda-feira, a gente resolva esse problema sem criar qualquer rusga com os EUA”, declarou o presidente. Ontem, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep) reforçou ao Estado que as sanções econômicas contra o Irã não devem ser aplicadas em caso de transporte de alimentos, medicamentos ou equipamentos médicos. Segundo Luiz Eliezer Ferreira, economista da entidade, sanções desse tipo poderiam afetar os negócios entre os dois países.

“O Irã é um dos principais parceiros comerciais em produtos do agronegócio. Este imbróglio geopolítico pode prejudicar bastante nossa balança comercial com o Irã, que neste momento é bastante superavitária.” O comércio brasileiro com o Irã é superavitário. No primeiro semestre deste ano, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Brasil importou US\$ 26 milhões em produtos iranianos e vendeu US\$ 1,3 bilhão. O milho é responsável por 36% das vendas ao Irã. A soja vem atrás com 34%. Parte do setor agrícola teme que o alinhamento automático de Bolsonaro com os EUA possa afetar o preço de produtos brasileiros.

“Vemos isso (o imbróglio) com bastante preocupação, porque o Irã é um dos grandes parceiros na compra do cereal do Brasil. Gostaríamos que isso se resolvesse o quanto antes, porque a situação pode sim afetar o valor do nosso milho, principalmente o de Mato Grosso, Estado que está acabando de colher uma grande safra”, disse Antônio Galvan, presidente da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso (Aprosoja-MT). Outras entidades do setor consultadas pelo Estadão/Broadcast evitaram se posicionar. O vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho), Glauber Silveira da Silva, disse que o setor “não pode perder um cliente como o Irã”, mas que, no curto prazo, não deve haver prejuízos para o produtor rural, que já vendeu a maior parte do milho colhido para o exterior.

Segundo ele, a entidade enviará um ofício ao Ministério da Agricultura pedindo uma solução para o problema. A empresa dona dos cargueiros parados no litoral do Paraná, a Sepid Shipping Company, é alvo de sanções do Departamento do Tesouro dos EUA desde novembro de 2018. Na ocasião, pessoas físicas ligadas ao regime iraniano, mais de 200 embarcações, empresas de agenciamento marítimo, aeronaves, bancos e exportadores iranianos entraram na lista da Agência de Controles de Ativos Estrangeiros (Ofac, na sigla em inglês), que proíbe empresas americanas de fazer negócios com entidades sob sanção. Tanto a companhia como os navios Bavand e Termeh – que já estão no Brasil, além do Ganj e o Delruba – fazem parte da lista da Ofac. O restante da frota, no entanto, continua circulando pelo mundo, carregando e descarregando

aparentemente sem problemas. / COM DOUGLAS GAVRAS, CLARICE COUTO E LETICIA PAKULSKI

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/07/2019

Seção: Mundo

Autor: Angela Boldrini

Título: Bolsonaro quer evitar rusgas com EUA sobre navios

Brasília- O presidente Jair Bolsonaro disse nesta sexta (26) que espera resolver o impasse dos navios iranianos parados há quase 50 dias no porto de Paranaguá (PR) sem "criar qualquer rusga" com os EUA.

"Nosso governo está alinhado sim com o governo Trump. Estamos entrando em contato, temos conversado desde ontem [quinta-feira] com o embaixador do governo americano nessa questão, tem a decisão do Toffoli. Agora, bancos não querem, outros, né, não querem receber o recurso para esse reabastecimento do navio", afirmou.

"Então espero que, nas próximas horas, ou até no máximo segunda-feira, a gente resolva esse problema sem criar qualquer rusga com os Estados Unidos", afirmou a jornalistas no Palácio da Alvorada.

Bolsonaro já tinha comentado o assunto na última semana e defendido o alinhamento com Washington.

"Existe esse problema, os Estados Unidos, de forma unilateral, têm embargos levantados [sic, impostos] contra o Irã. As empresas brasileiras foram avisadas por nós desse problema e estão correndo risco nesse sentido", afirmou o presidente na sexta (19).

No domingo (21), Bolsonaro reafirmou sua posição. "Sabe que nós estamos alinhados à política deles. Então, fazemos o que tem de fazer", disse.

Nesta quarta-feira (24), o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Dias Toffoli, determinou que a Petrobras forneça combustível para as embarcações.

A estatal vinha se negando a vender combustível para os dois navios sob a justificativa de que as embarcações estão na lista de empresas que são alvo de sanções dos EUA. Com isso, a própria Petrobras poderia sofrer punições dos americanos se o fizesse — visão compartilhada com o chanceler Ernesto Araújo.

A decisão do Supremo afirma que a empresa brasileira Eleva Química — responsável pelas embarcações — não está na lista de agentes que são alvo de sanção pelo governo americano. Ainda segundo Toffoli, a Petrobras não poderá sofrer sanções americanas já que o abastecimento será feito por ordem judicial.

As embarcações trouxeram ureia ao Brasil e deveriam retornar com milho ao Irã. O navio Bavand já tem embarcado quase 50 mil toneladas de milho, e o Termeh aguarda o carregamento de outras 60 mil toneladas. A carga é avaliada em R\$ 100 milhões.

Toffoli — que decidiu o caso após disputa judicial nas instâncias inferiores — também mencionou prejuízos causados à balança comercial do país com o Irã, o maior comprador de milho brasileiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/07/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Bolsonaro e o Irã

O episódio em que dois navios iranianos ficaram retidos por falta de abastecimento perto do porto de Paranaguá (PR) pôs em evidência os incertos rumos da política externa de Jair Bolsonaro (PSL).

As embarcações trouxeram ureia para voltar carregadas com milho. Elas estão incluídas na lista de sanções dos Estados Unidos ao país asiático —enquanto o transporte de alimentos é isento de punições.

Quem coopera com o funcionamento dos navios fica, pois, sujeito a penalidades secundárias. A Petrobrás, fornecedora quase monopolista de combustível naval, se negou a encher o tanque dos cargueiros.

A petroleira teve bons motivos. Desde que, em 2018, os EUA deixaram o pacto multilateral destinado a evitar que o programa nuclear do Irã desenvolvesse a bomba atômica, Washington tem aumentado a pressão sobre o adversário.

Isso inclui punir quem colabora com Teerã. Estatal com capital aberto, listada na Bolsa de Nova York, a Petrobrás tem responsabilidade para com seus acionistas e deve evitar o risco de sanções.

O governo, apesar de ser seu controlador, não tem poderes absolutos sobre a estatal. Logo, bastaria a Bolsonaro deixar a disputa se desenrolar, com um desfecho judicial —que acabou acontecendo, com o Supremo Tribunal Federal determinando o abastecimento.

Mas o presidente não prima pela contenção e, após evocar o perigo de sanções, ressaltou o alinhamento ao governo de Donald Trump.

Se na era petista o Brasil mereceu críticas por sua política amistosa em relação ao Irã, ajudar a tocar tambores de guerra alheios tampouco condiz com sua tradição.

Ademais, há perdas palpáveis em potencial. Neste ano, a nação persa foi responsável pelo quarto maior superávit na balança comercial brasileira, e é o maior destino externo de nosso milho.

Em visitas de americanos e israelenses neste 2019 para defender o endurecimento com o Irã, o Itamaraty reiterou que apenas uma mudança de entendimento da Agência Internacional de Energia Atômica sobre as intenções iranianas faria o Brasil mudar de atitude.

Isso pode até acontecer, dado que os aiatolás têm radicalizado suas posições. Até aqui, porém, a prudência de diplomatas, ampara-da pela cúpula militar, prevaleceu.

O voluntarismo expresso por Bolsonaro, inspirado por um entorno dito ideológico no qual pontifica o chanceler Ernesto Araújo, ameaça romper esse delicado equilíbrio.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 27/07/2019

Seção: Mercado

Autor: Lucas Neves

Título: França atrela Mercosul-UE a 'ações concretas' do Brasil

Chanceler de Macron diz aguardar resultados sobre preservação ambiental

entrevista

Jean-Yves Le Drian

O sinal verde da França ao acordo comercial recém-celebrado entre União Europeia e Mercosul depende de “ações concretas e resultados” apresentados pelo governo brasileiro, e não apenas de compromissos verbais —sobretudo no que se refere à preservação ambiental.

O governo Emmanuel Macron, além disso, vai esperar pelo menos até o fim de 2020 para se posicionar sobre o pacto no Conselho Europeu [que reúne chefes de Estado e de governo dos 28 países da UE]. Depois dessa fase, o texto ainda

precisa passar pelo Parlamento Europeu e pelos Legislativos nacionais para entrar plenamente em vigor.

As condições e prazos foram definidos, em entrevista por e-mail à Folha, pelo ministro francês das Relações Exteriores, Jean-Yves Le Drian, que inicia visita de quatro dias ao Brasil neste sábado (27). Entre os compromissos dele estão audiências com seu homólogo, Ernesto Araújo, e com o presidente Jair Bolsonaro.

O chanceler diz que, antes de ratificar o pacto negociado por quase 20 anos, Paris quer realizar uma “avaliação independente e transparente” dos termos do documento.

Um dos quesitos a serem considerados é a implantação concreta pelo Brasil das provisões do Acordo de Paris sobre o Clima (2015), que lista iniciativas para mitigar o aquecimento do planeta.

Le Drian sugere que a França não vai se curvar à oposição ruidosa dos agricultores ao acordo com o Mercosul. “Não se deve apostar na tática do medo”, afirma, sobre as previsões de que haverá uma invasão de mercadoria sul-americana na UE, por causa de controles sanitários e ambientais menos severos nos países de origem.

Em quanto tempo a França vai ratificar o acordo Mercosul-UE? Por causa de seu teor, que cobre áreas de competência da UE, mas também dos Estados-membros, o acordo será submetido ao conjunto dos países que a integram — no nosso caso, ao Parlamento francês. Antes, porém, ele deverá ser debatido e votado no Conselho e no Parlamento Europeus. Será um processo longo, e não imaginamos anunciar ao Conselho nossa posição antes do fim de 2020.

Quando o acordo comercial foi anunciado, o sr. disse que, antes de ratificá-lo, a França esperaria atos, e não só declarações do Brasil acerca da adesão ao Acordo de Paris, entre outros itens. Obteve garantias concretas? A posição da França é clara. Estamos fazendo com calma, em nível nacional, uma avaliação independente e transparente desse acordo, que irá embasar nossa tomada de posição. Nossa atenção se concentrará em pontos conhecidos: a aplicação efetiva do Acordo de Paris, o respeito a nossas normas ambientais e sanitárias e a proteção a alas vulneráveis do setor agrícola. Para além do texto do acordo, são as ações concretas e resultados obtidos que vão nos pautar. Nesse sentido, os compromissos assumidos pelos países do Mercosul na cúpula do G20 [no Japão], ao mesmo tempo em que o acordo era concluído [em Bruxelas], são sinais positivos — sobretudo os do presidente Jair Bolsonaro em relação à luta contra a mudança climática e pela biodiversidade.

Dias atrás, Bolsonaro contestou estatísticas oficiais sobre desmatamento na Amazônia. Pouco antes, o ministro do Ambiente, Ricardo Salles, havia se reunido com madeireiros. Como isso influi sobre o acordo? Somos cartesianos [os franceses], então gostaria de me ater aos fatos. A primeira coisa que vejo é que o presidente decidiu que o Brasil permaneceria no Acordo de Paris. É um gesto importante, que saudamos. E todos viram que, em sua primeira contribuição no âmbito do pacto ambiental, o Brasil se comprometeu a replantar 12 milhões de hectares de floresta até 2030. Estaremos muito atentos à implantação real desse acordo. Outra coisa são os dados publicados recentemente sobre o desmatamento. São informações preocupantes, se se confirmarem, pois sabemos todos da importância do ecossistema amazônico na luta contra a mudança climática.

Como a França pretende diminuir a resistência de agricultores ao acordo Mercosul-UE?

Eles dizem que normas sanitárias menos rígidas na América do Sul inundarão a Europa de mercadoria barata e criticam a liberação de pesticidas pelo Brasil... A França zela fortemente pelo respeito a nossas normas sanitárias, mas não se deve apostar na tática do medo. Já fazemos trocas com o Mercosul, e os artigos de lá que importamos para a UE devem respeitar nossas regras ambientais e sanitárias, que não são negociáveis. Precisamos nos certificar de que os procedimentos de auditoria e controle de lado a lado permitirão isso. Será um dos principais quesitos da nossa avaliação [pré-ratificação].

Não é contraditório que o governo Macron defenda uma política ambiental ambiciosa em escala nacional e europeia ao mesmo tempo em que faz pacto com um governo sul-americano pouco sensível ao tema?

Para que se trate de um bom pacto, ele deve impulsionar nossas exigências em matéria de luta contra a mudança climática, de proteção da biodiversidade e dos direitos sociais. Parece-me indispensável que França e Europa continuem a dialogar sobre questões climáticas e ambientais com o Brasil.

Até que ponto a iminência do brexit [saída do Reino Unido da UE] e a guerra comercial entre EUA e China estimularam os europeus a agilizar a negociação? É preciso ser lúcido: em um mundo marcado por tensões comerciais crescentes e pelo questionamento do multilateralismo, acordos de livre-comércio podem representar uma espécie de rede de segurança para nossas economias e garantir que uma parcela de nossas trocas seja não apenas facilitada mas continue a ser regida pelo direito —e não pela lei do mais forte. Dito isso, fazia quase 20 anos que as negociações haviam começado. Não acho que os negociadores tenham cedido à facilidade ou à precipitação, mas sim buscado cumprir o mandato que seus governos lhes haviam dado.

Integrantes de movimentos sociais e alguns intelectuais vêm apontando medidas da gestão Bolsonaro que atentam contra os direitos humanos. Como a França acompanha isso?

Em mensagem de felicitação a Bolsonaro por sua eleição, em 2018, o presidente Macron reiterou o apreço que tem pela promoção dos direitos humanos. É um eixo importante da diplomacia francesa, e por isso mantemos diálogo exigente nesse tema, sempre respeitando a soberania dos nossos interlocutores. No Brasil, vou me encontrar com associações e representantes da sociedade civil. É preciso avaliar a questão com base em evidências concretas. Constatamos que as instituições brasileiras protegem as liberdades fundamentais, como aconteceu em 13 de junho, quando o STF decidiu criminalizar o homossexualismo e a transfobia.

Quais são as prioridades da França na relação com o Brasil?

Queremos aprofundar a parceria estratégica em todos os campos. A defesa continuará a ser um campo emblemático da relação, mas queremos reforçar também nossos elos comerciais e econômicos, já densos. A França é um dos grandes investidores no Brasil. Prova disso é a aquisição da TAG [subsidiária da Petrobras] pela Engie [na verdade, por consórcio liderado pela francesa] por R\$ 33 bilhões, em abril, além das mil empresas que escolheram Rio, São Paulo ou outra cidade brasileira para se instalar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/07/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA E JOÃO SORIMA NETO

Título: Produção de petróleo cai, e Petrobras reduz meta

Ações da estatal recuam 3,12%, maior queda do dia na Bolsa. Desempenho foi afetado por extração menor de óleo na Bacia de Campos e paradas programadas de plataformas. Pré-sal já responde por 57% do volume total

RIO E SÃO PAULO- A produção de petróleo da Petrobras caiu 3% no primeiro semestre, o que levou a companhia a revisar sua meta para o ano. A estatal reduziu sua projeção para a produção de 2,8 milhões para 2,7 milhões de barris de óleo equivalente (extração de petróleo e gás), com variação de 2,5% para mais ou para menos.

Os dados desagradaram ao mercado, e as ações da Petrobras tiveram a maior queda do pregão. Os papéis ordinários (ON, com voto) recuaram 3,12%, a R\$ 28,54, enquanto os preferenciais (PN, sem voto) caíram 2,79%, a R\$ 26,14. É a primeira vez que a Petrobras reduz a meta de produção, depois de cumprir por quatro anos consecutivos o patamar projetado.

— A redução da meta foi pequena, mas a reação do mercado foi exagerada, especialmente em um momento de boas notícias para a empresa, que vendeu o controle da BR Distribuidora. Os investidores aproveitaram para vender os papéis em um dia de mercado fraco — afirmou Pedro Galdi, analista da Mirae Asset Wealth Management.

Na última quinta-feira, o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, informou que a Petrobras já levantou este ano US\$ 15 bilhões com a venda de ativos e que novas operações estão por vir. A próxima na fila seria a venda da Liquegás, distribuidora de botijão de gás.

VENDA DE COMBUSTÍVEL CAI

A companhia passou a divulgar dados de produção a cada trimestre. Em seu primeiro relatório neste formato, ela informa que o total de petróleo produzido de abril a junho ficou em 2,052 milhões de barris por dia, queda de 0,5% em comparação a igual período do ano anterior. Ao incluir nesta conta a extração de gás, a produção no período soma 2,553 milhões de barris de óleo equivalente, um recuo de 0,4% em relação ao segundo trimestre de 2018.

A queda na produção foi resultado da venda de ativos, das paradas programadas de plataformas e do menor volume de petróleo extraído em terra, águas rasas e campos do pós-sal (águas profundas e ultraprofundas).

"A meta revisada é suportada pela resolução dos problemas de comissionamento das plantas de gás nas plataformas de Búzios, que já resultaram em melhora operacional em julho, com a produção média retornando ao patamar de 2,7 milhões de barris de óleo equivalente por dia, e pelo replanejamento da eficiência operacional e do cronograma de entrada de novos poços em Búzios, tomando por base os resultados até então obtidos", explicou a estatal em nota.

De outro lado, a produção no pré-sal deu um salto de 12,7% no primeiro semestre. Assim, ele já corresponde a 57% do total produzido pela estatal.

Para Magda Chambriard, consultora da FGV Energia, é necessário aumentar os investimentos em campos maduros, como os da Bacia de Campos, que ainda respondem por 39% da produção nacional. Na avaliação de Magda, a queda vem ocorrendo em ritmo muito acelerado. Ela cita o Campo de Marlim, que, no auge da produção, em 2002, chegou a 640 mil barris de petróleo por dia. Em maio deste ano, ele estava na faixa de 86 mil barris por dia.

— É preciso aumentar a intervenção de poço, colocar mais sondas e investir em tecnologia para aumentar o fator de recuperação. A Bacia de Campos tem

muitas áreas gigantes para ter uma queda tão elevada de produção em um período tão curto—disse.

Na venda de combustíveis no mercado interno, a companhia registrou queda de 7,8% nas vendas de gasolina e diesel. Segundo a Petrobras, isso foi resultado da perda de participação da gasolina para o etanol hidratado em veículos flex, com redução da relação de preços médios entre álcool e gasolina.

No segundo trimestre, a empresa teve alta de 3,3% na comparação com abril a junho do ano passado. Segundo a Petrobras, o avanço ocorreu devido à expansão da demanda a preços mais competitivos. A companhia afirma, porém, que a paralisação dos caminhoneiros em maio de 2018 afetou negativamente o consumo e as entregas de produtos no segundo trimestre do ano passado. Apesar do avanço nas vendas, a fatia da Petrobras nesse mercado teve uma pequena queda, passando de 83,2% para 82,7%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/07/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Aneel: agosto terá bandeira tarifária vermelha

BRASÍLIA- A conta de luz ficará mais cara em agosto. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que em agosto vai acionar a bandeira tarifária vermelha, no primeiro patamar. Com isso, as contas de luz terão uma cobrança extra de R\$ 4 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Em julho, foi usada a bandeira amarela, que também tem taxa extra. Para justificar a bandeira vermelha, a Aneel informou que agosto é um mês típico da estação seca nas principais bacias hidrográficas nas regiões das usinas hidrelétricas. Isso aumenta o custo de produção de energia.

"A previsão hidrológica para o mês sinaliza vazões abaixo da média histórica e tendência de redução dos níveis dos principais reservatórios. Esse cenário requer o aumento da geração termelétrica, o que influenciou o aumento do preço da energia", destacou a agência.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 para recompor os gastos extras com o uso de energia gerada por meio de usinas termelétricas, mais cara do que a de hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta de luz.

Quando chove menos, cai o nível dos reservatórios das hidrelétricas, e é preciso acionar mais termelétricas para garantir energia. A bandeira, então, fica amarela ou vermelha, conforme o custo de operação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão Com Alvaro Gribel e Marcelo Loureiro (interinos)

Título: ÁGUA nos reservatórios

A conta de energia ficará mais cara em agosto. A Aneel acionou a bandeira vermelha porque nesse mês chove pouco e será preciso ligar as usinas térmicas. O mecanismo ajuda a manter a água nos reservatórios das hidrelétricas. No subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o nível subiu mais de 10 pontos em um ano — de 34% para 45% — mas o ONS continua preocupado. Antes da crise hídrica, esses percentuais chegavam facilmente a 70% ou 80%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 27/07/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Venda de controle da BR é parte de plano estratégico

Negócio compõe um projeto de mudança do perfil da Petrobrás, com o fim de alguns monopólios

A importância da venda do controle da BR Distribuidora em Bolsa não se resume ao ineditismo de uma operação patrocinada por uma estatal de que surgirá uma empresa privada com ações pulverizadas entre sócios. De 70% do capital da subsidiária, a Petrobras passará a deter 37,5%, depois da venda integral das ações. O plano é fazer-se o mesmo com a Eletrobras, holding do setor elétrico.

Nos dois casos, a Petrobras e o Tesouro levantam recursos sem custo, e as companhias, já de controle privado, podem ganhar eficiência, por meio de reformas e corte de custos impossíveis de serem executados no ambiente estatal — e em qualquer instância de governo, municipal, estadual e federal.

A operação pode ser vista por vários ângulos. Um deles, o do objetivo estratégico de injetar concorrência na distribuição de combustíveis, onde opera um oligopólio formado pela BR e poucos grupos privados.

Esta é uma das explicações para a lentidão com que a queda de preços nas refinarias chega às bombas — quando chega.

Tem o mesmo sentido o plano da Petrobras de vender refinarias, o início da cadeia da distribuição. Articular o processamento privado do petróleo com a distribuição também em mãos particulares parece forma eficaz para dar flexibilidade à formação dos preços dos combustíveis. Com o devido cuidado de, na venda de refinarias, não se criarem monopólios privados regionais.

Vai na mesma direção acabar com o controle que a estatal exerce no gás, compartilhado com empresas públicas de estados. Daí o hidrocarboneto no Brasil custar na faixa de US\$ 14 por milhão de BTUs (unidade térmica), contra US\$ 7 em mercados onde há concorrência.

Não faz mesmo sentido o país entrar num ciclo de grande crescimento na produção de gás, com a exploração do pré-sal, e os preços continuarem nas nuvens, em função de um monopólio da União e de estados.

Outro aspecto-chave da venda, em parte ou no todo, de subsidiárias — operações que não necessitam do aval do Congresso, segundo o Supremo — é o destino dos recursos: abater o superendividamento da estatal e reforçar os gastos com a mais promissora fronteira de negócios da Petrobras, a exploração do pré-sal.

Impulsionada por projetos delirantes e intervencionistas no período do lulopetismo, a Petrobras chegou a acumular a maior dívida corporativa do planeta, de meio trilhão de reais. Impagável. Tanto que mesmo no governo estatista de Dilma Rousseff começou a ser desenhado um programa de desinvestimentos na estatal.

Não há dúvida de que a corrupção tem um peso neste quadro, devido aos superfaturamentos que tornaram projetos inviáveis. Por exemplo, a Refinaria Abreu e Lima (PE) e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Há casos em que a incompetência presta serviços à corrupção.

MME / ASCOM .